

Jornal

# Reparação

Out. 2021

Nº 04

Assessoria  
Técnica  
Independente  
PARAOPEBA

**NACAB**  
NÚCLEO DE ASSSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS

## Quando teremos nosso rio de volta?

*Carlos Roberto Gonçalves,  
pescador e trabalhador  
rural de Pindaíbas, Pequi*

### AMPLIAÇÃO

Atividades buscam envolver mais comunidades na busca por direitos

**Página 3**

### QUEM É QUEM

Quais são as instituições envolvidas no processo de reparação?

**Página 4**

### ACORDO

Saiba o que está previsto e como será a participação das pessoas atingidas

**Página 6**

### PESQUISAS

Levantamento de danos segue a todo vapor na Região 3

**Página 8**

## Editorial

Com enorme felicidade, apresentamos mais este jornal **Reparação!** Apesar das limitações impostas pela pandemia, retomamos gradualmente, desde março, as atividades presenciais no território. ESTAMOS DE VOLTA AO DIA-A-DIA DA REGIÃO 3!

As ações em campo têm nos permitido realizar o levantamento cuidadoso dos danos causados pelo rompimento, trabalho essencial para a construção da Matriz de Danos, que explicamos pra vocês nesta edição. Além disso, temos avançado na organização das comissões, contribuindo para a efetiva participação das pessoas atingidas. Um grande desafio tem sido garantir a participação de mais pessoas e comunidades, o que tem movido diversas ações de ampliação de contatos na região.

Trazemos ainda atualizações sobre a implementação do acordo e seus anexos. Entre as ações previstas, existe a criação de um fundo financeiro para projetos de recuperação econômica das comunidades, inclusive com a oferta de microcrédito; a implementação do Programa de Transferência de Renda e a implementação de projetos de fortalecimento de políticas públicas nos municípios, a partir de uma consulta pública sobre as áreas prioritárias.

Este jornal é um convite para conhecer mais sobre o trabalho do Nacab. Pelo direito das pessoas atingidas a serem assistidas por uma Assessoria Técnica Independente que fale sua língua, a terem autonomia sobre o processo e soberania sobre seu próprio modelo de desenvolvimento, é que estamos presentes na Região 3!

Desejamos uma ótima leitura!

**Curta, compartilhe e fortaleça as redes sociais do Nacab**

Instagram e Facebook

@nacabmg

Chip Dúvidas

31 99596-9065

Site  
nacab.org.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse

Vozes atingidas

# Lembranças de um rio

Por Zulma de Oliveira, da comissão de São José da Varginha

foto: Bárbara Ferreira/Nacab



**Rio Paraopeba, rio que tudo produzia em abundância**

**Hoje só deixa lembrança**

**Por onde passei minha infância**

**Brincando, trabalhando, fazendo fartura**

**Garantindo a vida futura**

**Trazendo para casa o que dele podíamos retirar**

**Peixes, água para saciar a sede dos animais e plantas.**

**Hoje ele tudo nega**

**Nada pode e se entristece com descargas imundas que o homem fez e faz**

**Era limpo e apreciador**

**Hoje morre peixes e animais**

**E a gente, brincar nele jamais.**

Assessoria Técnica Independente  
**PARAOPEBA**

**NACAB**  
NÚCLEO DE ACESSORIA AS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio 30, Apto. 2  
João Braz - Viçosa, MG  
E-mail: contato@nacab.org.br  
Telefone: (31) 3885 1794

Coordenador Geral: Flávio Bastos

Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho, Flávio Bastos, Irla Paula Stopa, Luciano Marcos da Silva, Marília Andrade Fontes e Marluce de Souza Abduane

Assessor de Comunicação: Leonardo Dupin

Assessora de Matriz de Danos: Francine Pinheiro

Assessor de Povos e Comunidades Tradicionais: Cláudio Rodrigues

Gerente Geral: Marília Andrade Fontes

Gerente Administrativo Financeira: Marluce de Souza Abduane

Gerente de Participação e Engajamento: Ângela Rosane de Oliveira

Gerente Socioambiental: Irla Paula Stopa

Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho  
Gerente de Qualidade da Água e Avaliação de Riscos à Saúde: Lauro Fráguas

Gerente de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia: Luciano Marcos da Silva

Gerente de Socioeconomia e Cultura: Wieland Silberschneider

**Jornal Reparação**

Editores: Brígida Alvim, Leonardo Dupin e Raul Gondim

Textos: Bárbara Ferreira, Brígida Alvim, Leonardo Dupin, Marcio Martins, Marcos Oliveira e Raul Gondim

Projeto Gráfico e ilustrações: Fabiano Azevedo

Designers: Christiane Souza e Fernando Oelze

**Assessoria Técnica Independente Paraopeba - Escritórios**

**Belo Horizonte:** R. Bueno Brandão 351, Santa Tereza

**Paraopeba:** Av. Dom Cirilo 609, Canaã

**Pará de Minas:** Avenida Minas Gerais 413, bairro São José

**Esmeraldas:** R. José Domingos Diniz 118, Fernão Dias

Ampliação

# Reparação justa e integral ao alcance de todas e todos

por Marcio Martins

ATI Paraopeba busca ampliar o diálogo sobre direitos com mais pessoas que tiveram suas vidas afetadas pela perda do rio

Até onde chegam as consequências do rompimento da barragem? Quantas são as pessoas atingidas pela chegada dos rejeitos no Rio Paraopeba? Essas são perguntas difíceis de serem respondidas, diante da grandeza do desastre-crime da Vale. Na tentativa de respondê-las e buscando garantir que mais e mais pessoas possam ter o seu direito à reparação e indenização, o Nacab vem desenvolvendo atividades para aproximar novas comunidades e conversar sobre sua relação com os danos causados pelo rompimento.

Visitas porta a porta, postos de atendimento itinerante nas localidades, reuniões e conversas com as famílias nas comunidades - várias têm sido as formas encontradas pela ATI Paraopeba para avançar na ampliação dos contatos e no entendimento dos danos causados.

“Ampliar o registro das pessoas atingidas é mais do que expandir a base de dados da assessoria técnica. Esse movimento leva a ATI até onde as pessoas atingidas estão, proporcionando a participação



foto: Marcio Martins

Ação Nacab Itinerante em São José, Esmeraldas

informada efetiva e munindo elas técnica e politicamente na luta por seus direitos e pela reparação integral”, ressalta a analista da ATI Paraopeba, Celiane Xavier, que atua no escritório de Esmeraldas.

## ■ Para além da margem

Inicialmente, devido a um critério utilizado pela Vale, que concedeu medidas emergenciais como abastecimento de água, reposição de insumos de produção e o Pagamento Emergencial somente às pessoas que residiam até um quilômetro da margem do rio Paraopeba, criou-se um entendimento errado de que só essas pessoas seriam consideradas atingidas.

“A partir das consequências

geradas por esta linha imaginária, que dividiu as comunidades, vimos a importância de alcançar o território para além dessa distância de 1km. Percebemos que existem mais pessoas, famílias, propriedades e até mesmo comunidades que apresentam relatos e evidências de diversos danos sofridos”, aponta o analista da ATI Paraopeba, Herksson Mota Maia, do escritório de Pará de Minas.

## ■ Milhares de atingidos(as)

Pela análise de mapas e dados geográficos, além de informações colhidas no diálogo com as pessoas atingidas, a ATI Paraopeba estima cerca de 25 mil pessoas atingidas na Região 3 do Paraopeba. Para alcançá-las, há um grande caminho a percorrer e a equipe do Nacab tem se empenhado para isso, como mostram os números abaixo:



## O que é ser atingido(a)?

Levar essa pergunta para as comunidades parte da ideia de que não é o Nacab ou as Instituições de Justiça que devem dizer quem é atingido ou não. É a própria pessoa que se reconhece como atingida, já que parte da percepção do dano que ela mesma teve ou sentiu.

“Se a pessoa se prejudicou de alguma maneira por consequências do rompimento da barragem, ela pode se

considerar atingida. O prejuízo pode ser econômico, como a diminuição da renda, a perda do trabalho ou da área produtiva. Mas pode também estar relacionado à perda do lazer, a agravamentos relacionados à saúde mental e diversos outros danos que só quem é atingido pode dizer”, explica a especialista de participação e engajamento da ATI Paraopeba, Maria Cecília Alves.

# Quem é quem?

por Leonardo Dupin  
Colaboraram Lucas Grossi,  
Roberto Figueiredo  
e Thaissa Jardim

Conheça quem está envolvido no processo de reparação do crime da Vale na bacia do Paraopeba e saiba quais os interesses de cada um

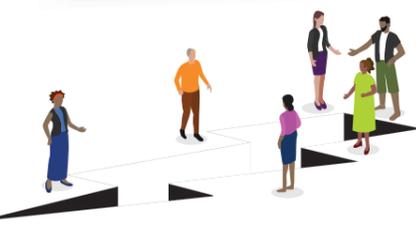
O desastre-crime provocado pela Vale S/A, em 25 de janeiro de 2019, na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho, por sua complexidade e consequências catastróficas, demandou a presença de uma série de instituições (empresas, ONGs, universidades, instituições de Justiça, dentre outras) nos municípios e comunidades que compõem a bacia do Rio Paraopeba.

Desde 2019, essas diversas

entidades apresentam-se para as pessoas atingidas no território como parte do processo de reparação. Com o Acordo Judicial assinado em fevereiro de 2021, esse processo se intensificou, gerando dúvidas nas famílias atingidas sobre as competências e os reais interesses de tantos atores presentes nas comunidades. O Nacab explica nessa matéria quem são e quais são os diferentes objetivos em jogo.



## PRINCIPAIS ATORES



● **Pessoas atingidas:** principais atores do processo, são as verdadeiras prejudicadas pelo rompimento. Precisam ser escutadas, acolhidas e indenizadas para alcançar a reparação integral pelas perdas e danos sofridos.



● **Juiz:** o único com capacidade de decisão no processo judicial. É uma figura que deve ser imparcial e ouvir todos os lados para tomar suas decisões, de acordo com o que determina a legislação brasileira. Atualmente, o responsável por julgar o processo é o juiz Paulo de Tarso Tamburini Souza, da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

● **Comitê de Compromitentes:** é o órgão colegiado formado pelas instituições responsáveis por aprovar, validar e decidir sobre os assuntos ligados à execução do acordo de reparação. Fazem parte dele:

**Comitê Gestor Pró-Brumadinho:** reúne servidores de diversos órgãos do governo de Minas Gerais que atuam no processo de reparação, coordenando ações de recuperação, mitigação e compensação

dos danos causados à população atingida pelo rompimento da barragem.

**Instituições de Justiça (IJs):** são as únicas com legitimidade para falar em nome das comunidades no processo relacionado aos direitos difusos e coletivos. São o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais e o Ministério Público Federal (MPF).

● **Compromissária:** é a Vale S/A, mineradora condenada a indenizar pelas perdas e danos coletivos e individuais decorrentes do rompimento e que está obrigada a realizar a reparação pelo crime que cometeu.



## ASSESSORES TÉCNICOS DAS IJS E DAS PESSOAS ATINGIDAS



● **Assessorias Técnicas Independentes (ATIs):** são as entidades escolhidas pelas comunidades atingidas para promover sua participação ativa, efetiva e informada nos processos de reparação. São elas que possibilitam reduzir as desigualdades de apoio técnico nas negociações entre as pessoas atingidas e a Vale, uma vez que a empresa-ré possui recursos eco-

nômicos muito maiores para contratação de advogados e pesquisadores. O Nacab é a ATI escolhida pelos 10 municípios que compõem a Região 3.

● **CAMF:** a Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF) foi criada para coordenar o trabalho das ATIs. Fazem parte da CAMF: professores, técnicos e estudantes da PUC-Minas.

## INSTITUIÇÕES DE PESQUISA



● **UFMG:** A Universidade Federal de Minas Gerais é a perita do Juiz no processo. Ou seja, é a instituição responsável por avaliar os impactos do rompimento com rigor e objetividade, fornecendo bases para que o juiz Paulo de Tarso Tamborini tome suas decisões. A equipe responsável por essas atividades é chamada Comitê Técnico-Científico do Projeto Brumadinho da UFMG (CTC – UFMG).

● **UFLA:** A Universidade Federal de Lavras é a perita da Vale S/A, a instituição que avaliará os impactos do rompimento para a mineradora no processo.

## EMPRESAS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



São empresas ou instituições contratadas para a realização de estudos específicos que têm auxiliado o Nacab no levantamento de danos das pessoas e comunidades atingidas da Região 3. Estão ou estiveram presentes no território, por exemplo, o **Cenarab** (identificação de danos em povos de religiões de matriz africana); a **CP2** (pesquisa sobre danos socioeconômicos); e a **Arvut Sinergia** (coleta de peixes).

## EMPRESAS CONTRATADAS PELA VALE



● **Arcadis:** empresa holandesa contratada pela Vale para elaborar o Plano de Reparação Socioambiental da bacia do Paraopeba. Esse plano é um documento que visa identificar os impactos socioambientais decorrentes do rompimento e, a partir daí, propor programas e ações para reparação ambiental, econômica e social.

● **Grupo EPA:** O grupo Engenharia de Proteção Ambiental Ltda (EPA) realiza estudos que buscam identificar os riscos potenciais à saúde humana e ao meio ambiente causados pela presença do rejeito no solo e nas águas do rio Paraopeba. Esses estudos são

pagos pela Vale e foram demandados pelos órgãos públicos de saúde e de meio ambiente do governo de Minas Gerais, em parceria com as Instituições de Justiça.

● **Aecom:** empresa de auditoria contratada pelo Ministério Público para fiscalizar as ações de recuperação socioambiental implementadas pela Vale.

● **Fundação Getúlio Vargas:** instituição escolhida como gestora do

Programa de Transferência de Renda, auxílio que substituirá o Pagamento Emergencial após o seu término.

● **Ernest & Young:** empresa designada pelo juízo para fiscalizar o trabalho das ATIs.

## EMPRESAS E CONSULTORIAS CONTRATADAS PELO PODER PÚBLICO



Participação

# Por dentro do acordo

por Brígida Alvim e Raul Gondim

O acordo judicial assinado entre Vale, Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça no dia 4 de fevereiro de 2021 definiu os rumos do processo de reparação coletiva dos danos causados pelo desastre-crime ocorrido em Brumadinho. Enquanto parte dos recursos serão revertidos em ações de reparação socioambiental e compensação financeira ao Estado de Minas Gerais, outra parcela será destinada a

projetos e ações relacionados à vida cotidiana das pessoas atingidas.

Essas ações e projetos são detalhados em documentos específicos que acompanham o acordo, chamados de “anexos”. Apresentamos aqui um resumo dos três anexos que estão sendo construídos com a participação das pessoas atingidas da bacia do Paraopeba e, por isso, merecem atenção redobrada. Confira!

## ANEXO 1.1

Projetos de demanda das comunidades, crédito e microcrédito

Valor:  R\$ 3 bilhões

### O que é?

Criação de um fundo financeiro para execução de projetos de reparação dos danos socioeconômicos nos municípios e comunidades atingidos, sendo um terço do recurso disponibilizado por meio de crédito e microcrédito a pessoas atingidas. Os danos socioeconômicos são aqueles ligados à renda, ao trabalho, à saúde, alimentação, lazer, modo de vida, entre outras áreas.

### Como é a participação das pessoas atingidas?

Desde a etapa de elaboração do funcionamento e gestão do fundo financeiro, até os critérios de definição dos projetos que serão financiados por ele. Também poderão fiscalizar o andamento da execução desses projetos.

### Fique por dentro!

As reuniões de construção do Anexo 1.1 iniciaram em agosto, sendo organizadas pelo Nacab junto a representantes das comissões e comunidades da Região 3. A partir desses encontros, foi desenvolvida uma proposta, que será mostrada para as comunidades e depois alinhada com as outras regiões da Bacia do Paraopeba. Procure saber como participar com a comissão de atingidos mais próxima de você!



foto: Marcio Martins

## ANEXO 1.2

Programa de Transferência de Renda (PTR)

Valor:  R\$ 4,4 bilhões

### O que é?

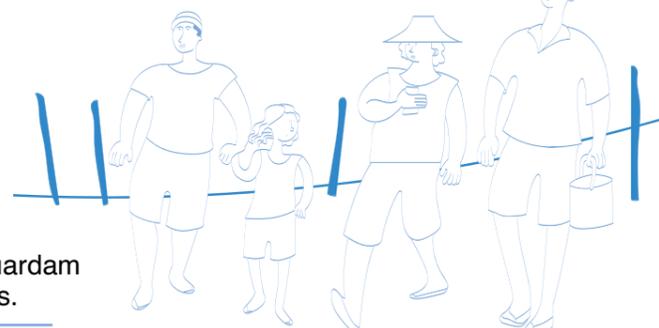
É um auxílio econômico dado às pessoas atingidas para que possam suprir suas necessidades básicas enquanto aguardam suas indenizações individuais.

### Como é a participação das pessoas atingidas?

No primeiro semestre deste ano, as comissões foram consultadas para definição das regras do programa. Agora, caso cumpram os critérios do PTR, as pessoas das comunidades atingidas poderão receber o auxílio mensalmente.

### Fique por dentro!

- O auxílio terá duração de aproximadamente 4 anos, com o valor de R\$ 550,00 para as pessoas adultas, R\$ 275,00 por adolescente e R\$ 137,50 por criança.
- Quem já recebia o Pagamento Emergencial não precisará se cadastrar novamente. Aqueles que não se cadastraram antes, deverão aguardar as orientações de cadastro da Fundação Getúlio Vargas, empresa escolhida para gerir o programa.
- Não há prazo final para se cadastrar. Quem for incluído no PTR receberá os valores dos meses passados, desde o começo do programa.
- Para participar, será preciso comprovar que até o dia do rompimento residia em



## ANEXO 1.3

Projetos para o fortalecimento das políticas públicas na bacia do Paraopeba

Valor:  R\$ 2,5 bilhões

### O que é?

Projetos que serão executados pela Vale nos municípios atingidos, para fortalecimento das políticas públicas em diversas áreas, como educação, patrimônio cultural e lazer, geração de renda e retomada econômica, infraestrutura, saúde e assistência social.

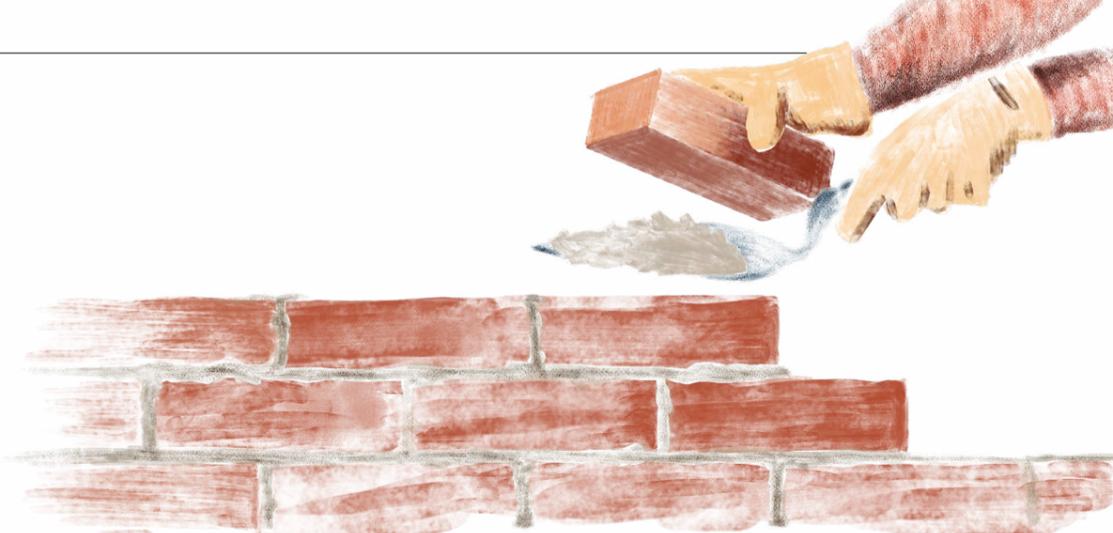
### Como é a participação das pessoas atingidas?

Numa primeira fase, as comunidades puderam propor projetos para os municípios nas diversas áreas mencionadas acima. Somente da Região 3, foram enviadas 400 propostas. Em breve, as pessoas atingidas poderão eleger por quais áreas a Vale deve começar a executar os projetos, de acordo com o grau de importância e prioridade para a comunidade.

### Fique por dentro!

A votação das áreas prioritárias será organizada pelo Comitê de Compromitentes do acordo (Defensoria Pública Estadual, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Governo do Estado de Minas Gerais) e acontecerá de forma presencial e virtual.

Após a votação, o Comitê definirá quais propostas de projetos apresentadas serão executadas, na ordem de prioridades definida por moradores dos municípios e das comunidades atingidas.



Matriz de danos

# Como calcular as perdas do desastre-crime?

por Bárbara Ferreira  
e Marcos Oliveira

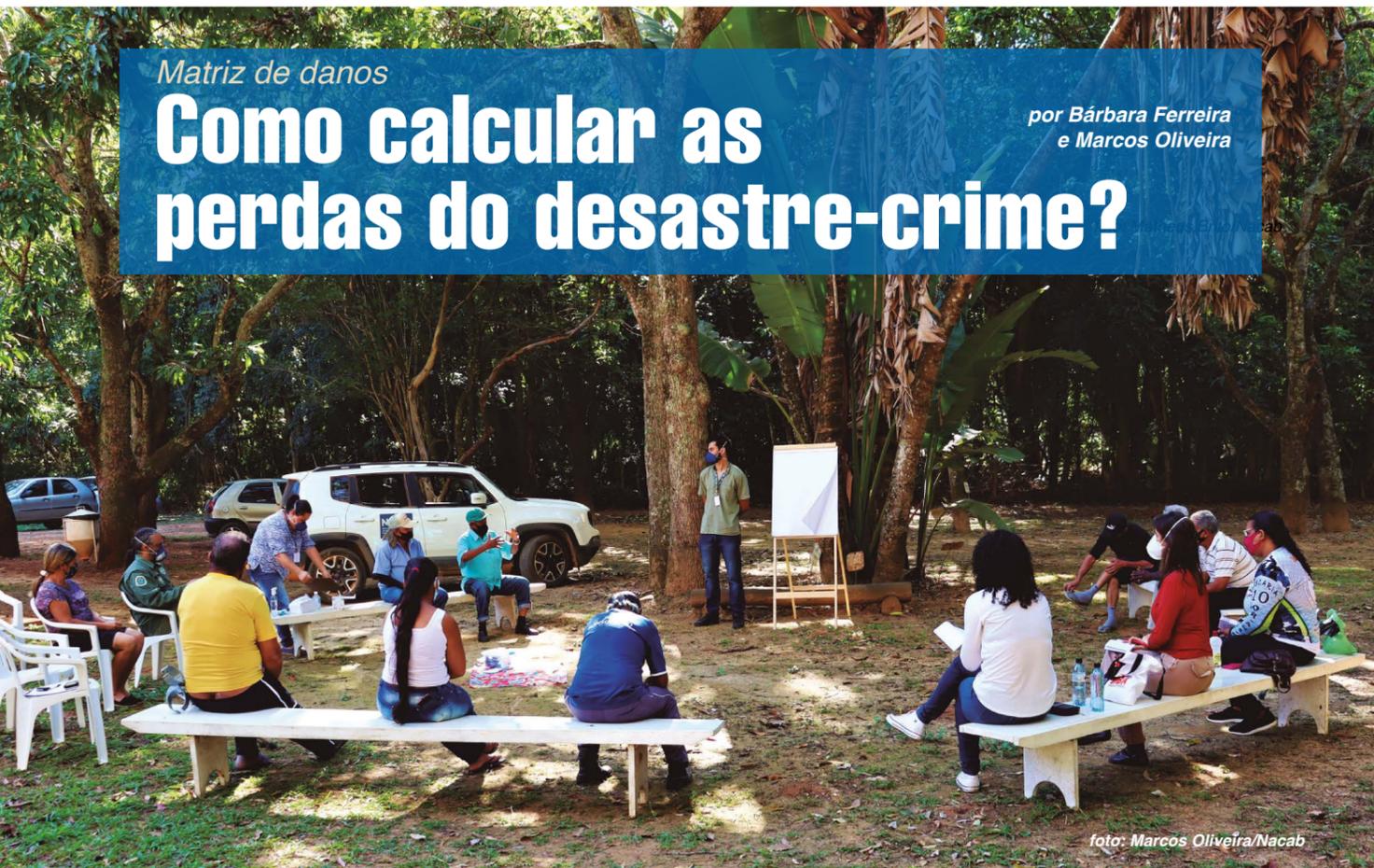


foto: Marcos Oliveira/Nacab

Estudos e levantamentos feitos com pessoas atingidas formam a Matriz de Danos

Pesquisas da ATI Paraopeba Nacab auxiliarão o juiz no cálculo dos valores de indenizações para as pessoas atingidas

Desde o desastre-crime da Vale, em 2019, um dos maiores desafios na luta por uma reparação justa e integral está na identificação, classificação e cálculo dos valores de indenização para os danos sofridos pelas pessoas atingidas da bacia do rio Paraopeba. Para isso, uma série de pesquisas e análises têm sido desenvolvidas pelo Nacab na Região 3 para construir um documento que possa orientar a Justiça e os atingidos em suas indenizações individuais. Esse documento é chamado Matriz de Danos.

“A Matriz de Danos irá dizer o quanto a Vale deve pagar de indenização às pessoas e suas famílias. A partir da Matriz de Danos, os atingidos terão os valores devidos pela Vale S.A,

poderão individualizar o dano e serem indenizados pelo desastre-crime. Ainda não se sabe como o Judiciário fará essa execução, mas sem a Matriz não se chega ao valor a ser indenizado”, explica Francine Pinheiro, assessora da ATI Paraopeba Nacab.

Para Francine, é preciso um amplo debate sobre a construção desse documento para que ele seja elaborado de forma participativa. Ela explica que, nos próximos quatro meses, será realizada uma Matriz de Danos Preliminar para ser entregue às comunidades e debatida com as pessoas atingidas. “É preciso trazer neste documento a realidade vivida pelas pessoas da Região 3, o que requer a participação popular. Só assim as próprias pessoas atingidas poderão dizer quais são os danos sofridos e que precisam ser reparados”, afirma.

“A partir da Matriz de Danos, os atingidos terão os valores devidos pela Vale S.A, poderão individualizar o dano e serem indenizados pelo desastre-crime.”

FRANCINE PINHEIRO  
assessora da  
ATI Paraopeba Nacab

foto: Eduardo Memória / Nacab



Análise de qualidade da água subterrânea, na zona rural de Paraopeba

## ■ Danos econômicos, sociais e culturais

Entre os vários levantamentos realizados pela ATI Paraopeba, um dos mais importantes é a identificação de características socioeconômicas das comunidades, ou seja: perfil da população, suas atividades econômicas, de lazer, tradições culturais, formas de convívio e relação social. Por exemplo, foi por meio dessas pesquisas que conseguimos observar na Região 3 a predominância de pessoas negras, o alto número de mulheres, a presença de pessoas transexuais e uma diversa e vasta cultura em torno das guardas de congado e tradições religiosas diversas.

Essas informações estão sendo aprimoradas com a análise dos resultados da pesquisa socioeconômica, realizada pelo Nacab entre maio e agosto deste ano em toda região. Nesse período, foram aplicados 1.514 questionários. Embora em fase inicial de análise dos dados, todo o processo de realização da pesquisa mostrou que os danos sofridos pela população possuem dimensões críticas. Por exemplo, durante a pesquisa foram encontrados mais de 600 imóveis residenciais fechados ou abandonados, o que corresponde a cerca de 10% do total de imóveis mapeados pelo Nacab no estudo. Esses imóveis encontravam-se vazios, mesmo com a visita dos pesquisadores e analistas da ATI Paraopeba em dias e horários variados.

**Embora em fase inicial de análise dos dados, todo o processo de realização da pesquisa socioeconômica mostrou que os danos sofridos pela população possuem dimensões críticas**

Para a especialista de Socioeconomia e Cultura, Leila Regina da Silva, o “vazio” dos territórios indica um movimento de deslocamento da população. “Esse movimento alerta para a violação de direitos importantes como mo-

## Racismo e mineração

Outro dado que vem sendo indicado pelas pesquisas é o de que a Região 3 é majoritariamente negra, rural e com tradições e atividades econômicas ligadas ao rio. Isso reforça o cuidado e a importância de estudar as particularidades da região, uma vez que as violações de direitos que marcam o desastre-crime da Vale evidenciam diferentes dimensões do racismo ambiental. É chamado de racismo ambiental o impacto que a degradação do meio ambiente gera na vida das populações pobres e negras, indígenas, quilombolas e



68%

da população sujeita a sofrer os impactos de um rompimento é negra

de diferentes etnias, que geralmente estão próximas aos locais escolhidos para instalação de grandes empreendimentos, como as barragens de rejeitos.

Em Minas Gerais, segundo dados produzidos pelo Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), analisando a localização de 105 barragens de rejeitos e a população que vive abaixo delas, em caso de rompimento a maioria da população que sofre de forma imediata os impactos do desastre é composta predominantemente por negros (68,7%).

foto: Bárbara Ferreira/Nacab



Pesquisa com povos tradicionais, na comunidade dos Rosas, em Florestal

radia, com deslocamento involuntário, perda da qualidade de vida, quebra de laços comunitários. Essas e outras dimensões da realidade da região serão reveladas com a análise rigorosa dos dados, sendo publicizado de forma ampla pelo Nacab”, afirma a especialista.

## ■ Cadeias produtivas

No mês de julho, equipes do Nacab também estiveram em campo aplicando uma série de

questionários para identificar as principais fontes de renda das pessoas da Região 3 e como elas foram afetadas pelo rompimento da barragem da Vale. Foram realizadas cerca de 200 entrevistas presenciais em todos os municípios da região.

Com as respostas obtidas, é possível avaliar que se trata de uma região com uma grande predominância de atividade pesqueira, além de um forte comércio e turismo ligados ao rio

Paraopeba. Há também uma presença marcante da agricultura familiar, da pecuária e do extrativismo mineral. Todas essas atividades foram diretamente impactadas ou impossibilitadas pelo desastre-crime.

#### ■ Danos ambientais

Além de traçar esse perfil da região, entender os danos econômicos, culturais e sociais, uma série de pesquisas foram realizadas para levantar os danos ambientais. Em sua maioria, esses estudos foram realizados no primeiro semestre deste ano e contaram com o apoio de consultorias técnicas especializadas. Esses dados estão sendo analisados e organizados pelas equipes técnicas do Nacab e, aos poucos, apresentados às pessoas atingidas na Região 3. A

expectativa é que até o final deste ano, todos esses documentos sejam devolvidos às comunidades.

Entre os danos já encontrados pelo Nacab, estão as contaminações no solo, em especial nas regiões atingidas pelas enchentes do rio Paraopeba em 2020. Essa análise foi realizada ao longo de toda a calha do rio e foram elaboradas cartilhas com informações personalizadas para cada comissão, que já estão sendo entregues. Além disso, durante os meses de junho e

**A expectativa é que, até o final deste ano, todos os resultados de análises de danos ambientais sejam entregues às comunidades**

julho, o Nacab esteve em campo fazendo uma coleta de amostras de água subterrânea para identificar a qualidade da água que é consumida no território. Esses dados também serão entregues nos próximos meses.

Em agosto, a ATI Paraopeba ainda realizou uma coleta de peixes do rio Paraopeba que serão analisados para verificar os níveis de contaminação e os riscos para quem os consome. A orientação do Nacab é de não consumir os peixes do rio Paraopeba.

Além das pesquisas já realizadas, também está prevista uma análise das águas da região que deve acontecer nos próximos meses. Dessa vez, serão analisadas as águas superficiais, como rios, córregos, lagos e outras zonas úmidas.

foto: Bárbara Ferreira/Nacab



■ Coleta de água em pontos de consumo humano. Três Barras, Fortuna de Minas

## O que pensam as pessoas atingidas?

“

*Eu acho que o Nacab está fazendo um levantamento dentro da realidade da área contaminada, incluindo os atingidos e orientando sobre os cuidados necessários. No início a gente achou que a pesquisa seria apenas dentro do leito do rio, apenas com as pessoas às margens do rio, só que eles procuram e se preocupam com a população próxima, com todo o entorno (...) Diante das várias informações coletadas, a gente acredita que essas pesquisas comprovem que a Vale deve ressarcir os atingidos. Se o juiz procurar entender como era antes e como está hoje, ele deve decidir que a Vale será obrigada a ressarcir os danos.*”

**VALTER BAEÇA**

Lavrador - Vista Alegre, Esmeraldas

“

*Não tem problema fazer pergunta não, tem que fazer, pois não pode falar sobre o valor sem saber direito das coisas. A gente fica na esperança de que as informações dessas pesquisas possam melhorar muita coisa pra gente, porque nossa vida antes (do rompimento) era bem melhor e depois o povo ficou com muito medo de pescar, não passava pescador (no Shopping da Minhoca).*”

**DALVA HELENA ALVES**

fornecedora de sacolinhas para o Shopping da Minhoca, às margens da BR-040, em Caetanópolis

“

*Os dados coletados através das pesquisas, conduzidas pelo Nacab, são importantes para conhecer a situação, a realidade do que tá acontecendo e qual foi o nível do dano, quem foi prejudicado e o que piorou, especialmente na parte socioeconômica, em que muita gente teve dano em relação à forma de plantio – deixou de produzir, de gerar emprego e automaticamente isso diminui a renda. As pesquisas são importantes para conhecer e saber o que pode ser feito para resolver o problema ou amenizá-lo.*”

**FÁTIMA VILAÇA**

Engenheira Agrônoma - Papagaios



Foto: Hosana Alves

Foto: Marcos Oliveira



Foto: arquivo pessoal



Artigo

# Como teremos o Paraopeba de volta

Por Lucas Grossi, Roberto Figueiredo,  
Leila Regina e Thaissa Jardim

foto: Marcos Oliveira - Nacab

**T**alvez o questionamento mais marcante e recorrente trazido pelas pessoas atingidas da bacia do Paraopeba seja: “Quando teremos nosso rio de volta?”. A questão, aparentemente simples, nos transporta à enorme complexidade do processo de reparação integral. Para aqueles que estão distantes da realidade vivida por milhares de pessoas atingidas na bacia, são dois anos e meio de sofrimento desde o rompimento. E os mais de 942 dias? Quem os vive? Quem os sente? O rio está lá, mas não disponível do modo como estava antes para quem depende dele. A lama tóxica e as cercas colocadas pela mineradora às margens do rio romperam com muito do que havia de mais importante na vida das pessoas, que era vivida a partir do rio.

Os povos tradicionais, as comunidades ribeirinhas, os pescadores, tradicionais e amadores, os pequenos e grandes agricultores, os moradores e frequentadores dos condomínios locais, frequentadores do rio como opção de lazer, todos têm sua vida marcada por momentos de alegria no entorno do rio e que foram interrompidos por um crime. O desastre-crime produziu destruição no modo de ser das pessoas e comunidades.

Nos aspectos relativos à dimensão jurídica da pergunta, ainda não há uma resposta certa sobre “quando teremos o rio de volta”. Para responder isso é necessário compreender que o rio é um ser

complexo e que se relaciona de muitos modos com a vida de muita gente. No acordo firmado em fevereiro, entre Vale e o poder público, está o Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba, que se propõe recuperar os danos e impactos socioambientais provocados pelo desastre-crime. Ele não responde “quando teremos o nosso rio de volta”, mas aponta ações que indicam “como” o teremos o de volta.

## **Não existe, e nunca existirá, um processo de reparação socioambiental que se sustente sem a participação ativa das comunidades atingidas.**

Esse plano definirá os programas e projetos onde serão alocados os mais de cinco bilhões de reais que a Vale S.A. deverá desembolsar na recuperação ambiental da bacia. Um ponto de atenção é que o plano está sendo elaborado por uma empresa contratada pela própria Vale, chamada Acardis, que vem fazendo revisões no documento para se adequar aos termos do Acordo. É importante dizer que, até hoje, a Vale não disponibilizou para as pessoas atingidas nem os relatórios que produziu sobre a situação socioambiental da bacia. Com o Plano em questão, tratado quase como um segredo de Estado, não tem sido diferente.

A boa notícia é que, terminada a

fase de revisão, este plano de recuperação da bacia ainda deverá ser validado e aprovado (ou não) pelos órgãos ambientais do Governo Estadual e pelas Instituições de Justiça. Se não houver controle social, mediação das Assessorias Técnicas Independentes e a participação efetiva das pessoas atingidas, bem como dos diversos atores da bacia, não há como alcançar uma tarefa tão complexa como essa com êxito. Reparar uma bacia hidrográfica não pode ser reduzido a um instrumento como esse, que vem sendo conduzido dessa forma pela mineradora.

Para as pessoas atingidas é fundamental compreender que, embora as Assessorias Técnicas Independentes venham trabalhando no levantamento dos danos para contribuir com os estudos, tudo o que já foi conquistado até aqui é fruto do esforço e questionamento delas próprias. É fruto de muita luta e organização popular. Portanto, no meio de tantas incertezas, uma verdade pode ser dita: não existe, e nunca existirá, um processo de reparação socioambiental que se sustente sem a participação ativa das comunidades atingidas.

Assim, ainda que o “quando” permaneça uma pergunta pairando sobre nossas cabeças, sabemos que o “como teremos o nosso rio de volta” deve passar, inevitavelmente, pelas mãos e pelos saberes daqueles que tiveram suas vidas drasticamente interrompidas pelo desastre-crime.